

ATA N.º 1/2023
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 24 DE
FEVEREIRO DE 2023

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de dezasseis de fevereiro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental de 2022;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da Proposta de 1.ª alteração modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento do exercício de 2023;
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação da desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal;
- Ponto 5 -** Eleição de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ao abrigo da alínea l) do artigo 17.º da Lei de Promoção e Proteção;
- Ponto 6 -** Eleição de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ao abrigo da alínea l) do artigo 17.º da Lei de Promoção e Proteção.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu a sessão apresentando os cumprimentos ao Senhor Presidente do Executivo, membros da Assembleia e funcionários do Município. O Senhor Tiago Silva procedeu à chamada dos membros da assembleia, verificando-se as ausências justificadas do Senhor José Fernando dos Santos e das Senhoras Ricardina Aguiar e Marcolina Sequeira. Verificaram-se, ainda, as ausências dos Senhores António Jorge Silva, António Almeida e António Costa, que não apresentaram justificação.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia relembrando os presentes que fazia precisamente um ano que o povo ucraniano viu o seu país ser invadido pela Federação Russa, encontrando-se, desde essa data, a sofrer os horrores duma guerra injusta, descabida, sem respeito pela soberania e independência do povo ucraniano e a integridade das suas fronteiras, provocando a morte e a desolação de milhares de pessoas, o seu sofrimento, a deslocação forçada e a separação de famílias, bem como uma crise de nível internacional sem paralelo, que a todos afeta diariamente, o que nos deve fazer refletir sobre o nosso futuro comum, a defesa da democracia e da

liberdade dos povos, e preocupar e alertar para os dias difíceis que ainda teremos de enfrentar, tendo proposto à Assembleia um voto de solidariedade para com o povo ucraniano, respeitando, em sua memória, um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra.

Aprovado por unanimidade seguiu-se um minuto de silêncio.

Mais informou que, no seguimento do convite que havia sido realizado aos Senhores Presidentes de Junta, a sessão da Assembleia Municipal do mês de junho decorrerá em Riodades, tendo aproveitado para agradecer ao Presidente da Junta José Carlos Cabral a disponibilidade em receber a próxima sessão da Assembleia Municipal.

De seguida, solicitou aos representantes da autarquia eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais que informassem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos. Não tendo havido informações a prestar passou-se, de imediato, ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

O senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da Ata n.º 5/2022, de 23 de dezembro. Nada havendo em contrário, colocou a referida Ata à apreciação dos membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração e/ou correção e abriu as inscrições para que os membros da Assembleia se pudessem inscrever, tendo-se inscrito a Senhora Maria de Lourdes Costa.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Maria de Lourdes, a qual apresentou na Mesa um conjunto de correções. As mesmas foram analisadas pela Mesa e consideradas, com exceção do penúltimo parágrafo, que foi objeto de audição da gravação para verificação.

Não havendo mais intervenções sobre a Ata colocou-se a mesma a votação da Assembleia, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Frederico Selores, por não ter estado presente.

O Presidente da Assembleia deu conta da correspondência recebida, aludindo que a mesma ficaria arquivada na correspondente pasta para quem a quiser consultar, realçando:

- Ofício da CPCJ sobre o Relatório Anual de Atividades do ano de 2022 e o Plano para 2023;

- Ofício sobre diversos Pareceres emitidos pela Assessoria Jurídica da ANAM, os quais foram objeto de divulgação pelos Membros da Assembleia.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre assuntos de interesse para o Município, tendo-se inscrito o Senhor Joaquim Carvalho, o Senhor Frederico Selores, a Senhora Maria de Lourdes Costa e o Senhor António Lopes Balça.

Tomou a palavra o Senhor Joaquim Carvalho, em nome da bancada do PNT, para dar nota de alguma preocupação e perplexidade por ainda não haver Diretor Regional da DRAP-Norte, nem adjuntos designados, tendo sugerido que fossem solicitados esclarecimentos sobre essa matéria à tutela, uma vez que a entidade em causa tem bastantes responsabilidades, funções e interações no setor agrícola da nossa Região. Ora, no seu entender, estando a sua estrutura dirigente privada de funções, essa Entidade perde dinâmica e operacionalidade, acabando por prejudicar a Região.

Tomou a palavra o Senhor Frederico Selores, tendo agradecido ao Senhor Presidente da Assembleia por ter permitido que oferecesse (no último jantar de Natal) uma garrafa de vinho a cada membro da Assembleia. Referiu que, pese embora não tivesse estado presente, teve o cuidado de ler a Ata. Aludiu à obra da Ferradosa, uma vez que sempre foi defensor que fizessem Obra nesse local idílico e, agindo em coerência, deu os parabéns ao Município e ao Presidente da Junta, discordando apenas da intervenção em que o Senhor Teófilo referiu a questão das casas de banho, pois efetivamente existem, mas estavam fechadas aquando do último Verão, tendo solicitado que essa situação fosse tida em conta, revista e resolvida. Prosseguiu a sua intervenção valorizando as obras na estrada nacional 222, uma vez que a mesma estava necessitada de intervenção, estando o contrato assinado. Em relação ao contrato propriamente dito, considerou que a Câmara fez um ótimo negócio em relação ao preço, pois disse ter feito as contas e cada metro saía abaixo dos catorze euros e, a ser assim, desejou que a estrada ficasse em boas condições, pois era apologista de fazer Obra, mas com a preocupação de se fazer bem.

Na prossecução da sua intervenção, o Senhor Frederico Selores referiu o Concurso da Cidade dos Vinhos, perspetivando que trará muita gente a São João da Pesqueira, sendo que muitas dessas pessoas irão passar na zona das Bateiras, e deixou um apelo para se tentar encontrar uma solução para resolver a situação dos barcos, pois no seu entender a presença dos mesmos naquele local não beneficia aquela Obra.

O Senhor Frederico Selores continuou, referindo que ao ler a Ata ficou triste com as acusações mútuas, por causa da intervenção do Senhor Carlos Reis, tendo feito questão de sublinhar que não se revia nas intervenções ou publicações que o mesmo faz nas Redes Sociais, mas considera que temos que as respeitar, sejam elogiosas ou críticas, até porque o Partido CHEGA faz parte da nossa Democracia, foi o terceiro partido mais votado a nível nacional e o segundo mais votado a nível local.

Por último, aproveitou para deixar uma palavra de apoio geral aos professores e, de modo mais particular, aos professores do concelho.

A Senhora Lourdes Marinho interveio dizendo:

“

Relatório da Comissão Independente

Um sismo na Igreja

Faço minhas as palavras do Dr. Daniel Sampaio (psiquiatra) membro da Comissão Independente para o estado de abusos de menores na Igreja “se fosse bispo e tivesse ocultado casos de abusos, resignaria”.

A hierarquia da Igreja contaminou toda a instituição, criando condições para que isto acontecesse, através do poder da ocultação:

- 4815 crianças foram vítimas de abusos no meio eclesial,
- 512 vítimas validadas,
- 77% dos abusadores são padres.

Saber que sacerdotes praticaram violência sexual contra menores que deles esperavam educação, exemplo, cuidados, é traumatizante e uma marca indelével na vida destas vítimas. Saber, ainda, que esses abusadores eram protegidos da justiça pública, pela hierarquia eclesiástica, continuando a repetir os seus crimes noutras paróquias, é algo que não pode ser encarado de ânimo leve.

Ninguém pode dizer que o problema não existe e nada justifica estes crimes hediondos.

Os bispos afastaram-se deste problema, como se ele nunca lhes tivesse passado pelas mãos.

O problema que existe é na Igreja, mas se continuar, o problema é da Igreja.

A Igreja tem de se repensar e ter a humildade de saber trabalhar e aprimorar os poderes que sempre teve:

- 1.º o poder espiritual
- 2.º o poder social
- 3.º o poder económico.

Ao abrigo destes poderes foram abusando de crianças indefesas que não podiam queixar-se, porque eram desacreditadas pela sociedade e condenadas pela Igreja como pecadoras.

Uma árvore não faz a floresta, mas os arbustos espalham semente e nasce o matagal desgovernado.

Agora, o poder político tem de dar um sinal de preocupação e agir em conformidade.

Greve dos Professores

Ocorreram quatro grandes manifestações em Lisboa e muitas mais por todo o país. Analisando o fenómeno, ele só é explicável por haver uma verdadeira rejeição dos professores, relativamente às políticas que lhes têm sido impostas.

Toda esta situação tem como causas mais próximas:

- a falta de professores;
- a falta de professores de educação especial e psicólogos;
- a falta de pessoal não docente;
- o facilitismo e indisciplina;
- a inútil carga burocrática;
- a dificuldades de progressão na carreira;
- o modelo de avaliação do desempenho;
- a extorsão do tempo de serviço (6 anos, 6 meses e 33 dias);
- os salários baixos;
- o tratamento desumano dispensado aos professores mais velhos e doentes;
- o menosprezo pelos alunos mais vulneráveis.

Os professores têm estado sujeitos a uma ideologia pedagógica que os reduz a meros recetores de diretivas para reprodução de sucesso martelado, certificado a ignorância.

É esta a geração mais bem preparada de sempre, ou a que mais tempo permaneceu na Escola?

Esta ausência de responsabilidades já vem de vários governos, mas é este Governo, que terá de negociar com serenidade, respeitar e dignificar a carreira docente e aceitar a recuperação do tempo de serviço. É desonesto subtraí-lo. Estou solidária com a Vossa causa, com a vossa luta que também é, de toda a sociedade.

Dignificar a carreira, por uma educação de qualidade e de valores.

Ser professor é a profissão mais importante de todas as profissões.

Guerra fria

Perfaz, hoje, um ano que as tropas russas invadiram a Ucrânia e com elas o pessimismo, a desilusão de nos confrontar com uma guerra brutal, incompreensível e que afetará todo o mundo.

O saldo negativo para o País invadido são os milhares de homicídios de civis, os milhares de militares mortos, os milhares de mutilados de guerra, a destruição do território, os oito milhões de refugiados, os menores órfãos, os que foram deportados, mortos ou raptados, os que á força, deixaram de poder ser crianças.

Portugal recebeu 58 mil refugiados da Ucrânia. Aqui encontraram a paz e acolhimento, mas a sua essência está no seu País.

"Portugal é pequeno, mas tem um coração grande", dizem.

A sua resistência reflete-se na personalidade do seu líder. O Presidente Zelensky está ao lado da sua gente, defendendo a identidade ucraniana feita de história, cultura e linguagem. É o rosto da esperança e da coragem, assumindo-se como símbolo de resiliência, de proteção e de apoio ao seu Povo.

"O combate faz-se aqui, não preciso de boleia, preciso de munições" responde, quando o convidaram a exilar-se. Curvo-me perante a humildade, a coragem, a resignação, o patriotismo e o estoicismo do Povo Ucraniano. Que, brevemente, estejamos a celebrar o fim desta guerra. Honra e glória à Ucrânia. Força à E.U, ao E.U.A. e à NATO, para que a Ucrânia continue em liberdade. Viva a Ucrânia.

Louvores

Ao Rodrigo Carvalho, natural de Paredes da Beira, pela invenção e construção da bengala inteligente para pessoas cegas (a BIS – bengala inteligente solar), com equipamento 100% sustentável. Proponho o patrocínio da Câmara para a concretização do seu sonho: uma futura comercialização e divulgação, no mercado, do seu invento tão eficaz na vida das pessoas com deficiência visual.

Também louvar o Roberto Ladeiras, natural de Ervedosa do Douro, pelo resultado obtido na maratona de Sevilha, na qual foi o melhor português, alcançando o 80.º lugar com o tempo de 2:19:14h".

O Senhor António Balça interveio, cumprimentou os presentes, e começou por se referir à Gala Douro Cidade Europeia do Vinho 2023, onde tinha estado presente, tendo notado o empenho dos Autarcas que compõem a CIMDOURO, conseguindo obter tamanha distinção e promoção para a Região. Nos dizeres do mesmo, a Gala foi uma homenagem aos homens e mulheres do Douro, tendo sido aprazível ver como era o Douro no passado e quais as perspetivas futuras para as gentes que continuam a lutar pela Região Duriense.

Na sua opinião, a verdadeira revolução no Douro aconteceu nos anos 85/86, quando (ao abrigo do PEDRITM) se plantaram milhares de hectares novos, com ajuda da mecanização, tendo-se o Douro tornado Património da Humanidade, possuidor de belíssimas paisagens, onde se produzem os melhores vinhos de mesa do mundo, bem como o inigualável Vinho do Porto, sendo o Concelho de São João da Pesqueira o maior produtor da Região do Douro.

No entanto, e não obstante tudo o que referiu, quis deixar o alerta aos autarcas da CIMDouro, frisando que o Douro não é só vinho, uma vez que também produz Azeite, um produto de excelência, sendo que os mais premiados no mundo têm a sua origem

na Região do Douro. Pegando no assunto, lembrou que (já há alguns anos antes) havia deixado um desafio à Câmara Municipal para que se iniciasse um processo de candidatura à criação de uma denominação de origem, uma IGP, ou uma DOP.

Referiu que tem conhecimento que o Município de Tabuaço (sendo o Município de São João da Pesqueira e a Cooperativa de Olivicultores de Castanheiro do Sul sócios-fundadores do Projeto) já iniciou o Processo, mas entendia que era preciso fazer mais, e mais rápido, de modo a incentivar o Agricultor, de modo a participar na produção de azeites de qualidade, pensando ser necessário levar a cabo campanhas de sensibilização e uma Classificação para a Região.

Em jeito de concluir o tema, deixou alguns números estatísticos sobre área de olival no Concelho de São João da Pesqueira e Concelhos limítrofes, dizendo que "o Douro no seu todo possui 17.600ha de olival. O nosso concelho possui mais de 3.000ha (dados de 1999, havendo muitas plantações novas que ainda não se encontram declaradas). Isso significa, aproximadamente, 8.000 toneladas de azeitona, o que representa cerca de 1.200.000 litros de azeite. A preços do ano passado representa para o setor cerca de 5.000.000€". Informou, ainda, as áreas de olival de outros Concelhos: "Carraceda de Ansiães:1890ha; Penedono: 289ha; Tabuaço:1290ha; Armamar: 630ha; Vila Flor: 4800ha". Finalizou, referindo que, comparativamente com estes Concelhos, São João da Pesqueira se encontra em segundo lugar, apenas atrás de Vila Flor. Assim, alertou que o Azeite é uma mais-valia económica para o Concelho, para os agricultores e uma alternativa complementar ao Vinho. Ora, no seu entender, da mesma forma que o vinho tem sido objeto das mais diversas promoções, precisamos de implementar a mesma política para os Azeites do Douro. E lançou o repto para que fosse o Concelho de São João da pesqueira a liderar a valorização e promoção dos Azeites, à imagem do que se tem feito para promover a Região no sector vitivinícola.

Em jeito de término, e respondendo ao Senhor Selores acerca da intervenção que fez sobre a intervenção do Senhor Carlos Reis, o Senhor António Balça reparou que "o Senhor Carlos Reis foi um pouco inconveniente e acabou por ofender praticamente toda a plateia, todos os membros da Assembleia, quando apelidou aos demais deputados de rapazitos". No seu entender esse tipo de comportamento e discurso são desaconselhados e inflamam a Assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e agradeceu aos membros da Assembleia e Presidentes de Junta pelo facto de estarem presentes aquando dos Eventos do Município pois ajudam a dignificar o Concelho.

Começou por dar nota do Concurso (a nível nacional) Cidade do Vinho, que decorrerá em Maio, em São João da Pesqueira, sendo esperados muito vinhos a Concurso, potenciando a Região. Deu também conta de que os Vinhos de São João da Pesqueira iriam marcar presença na BTL, onde o Município iria estar com stand próprio para promover a Vindouro.

Prosseguiu o seu discurso dando nota das Obras: da EN 222-3 Pesqueira Ferradosa, tendo dito que o Contrato estava feito, já tinham sido iniciados os trabalhos topográficos, perspetivando-se que a Obra fique concluída antes do prazo. Relativamente à Obra da Ferradosa disse que a mesma deveria estar pronta até Junho, sendo que poderia haver lugar a prorrogação de prazos, devido aos Fundos Europeus: no entanto, mesmo com derrapagem temporal, no limite estaria pronta até

final de Agosto. No que concerne, ainda, a Obras, deu conta de que a Zona Industrial já havia sido adjudicada, o contrato estava feito e a obra iria, entretanto, avançar; relativamente à Praça de Ervedosa disse que a mesma estava praticamente concluída, sendo que alguns pedidos de prorrogação tinham a ver com as condições climatéricas, com falta de material, com a colocação de betuminoso, mas a obra estava praticamente concluída, faltando apenas concluir os WC's, perspetivando-se a conclusão dos trabalhos para o mês de Abril. O mesmo acontecia com a Obra das Bateiras. Assim, iriam oportunamente ser inauguradas.

Relativamente a questões colocadas, e quanto à falta do diretor Regional da Drap-N, o Senhor Presidente declarou que tinha falado no decorrer da semana com a Ministra da Agricultura, sendo que a mesma lhe confirmou que iria ser indicado um novo Diretor Regional, após ter sido já nomeado o Secretário de Estado.

Respondendo ao reparo que o Senhor Frederico Selores havia feito acerca dos WC's na Ferradosa, o Senhor Presidente referiu que os WC's junto ao bar ficaram disponíveis e em pronto funcionamento após adjudicação do Espaço, sendo que o funcionamento das mesmas passou a ser da responsabilidade da Concessão do Bar. Relativamente aos outros WC's existentes no espaço referiu que houve um problema relacionado com falta de eletricidade, tendo sido necessário pedir um quadro elétrico e, por esse motivo, só abriram no final do Verão, tendo o Município feito um contrato CEI para uma pessoa proceder à limpeza, abertura e fecho.

Relativamente ao custo da requalificação da estrada, o Senhor Presidente informou que foi lançado concurso, tendo o empreiteiro dado o valor (mais baixo) de oitocentos e tal mil euros. Frisou, ainda, que não iriam prescindir de um cêntimo da IP, até porque o acordo prevê que seja atribuído até um milhão de euros, conforme gastos apresentados. Informou que o Município lançou a pavimentação, drenagens e tentou recuperar alguns rails, vão ser alargadas algumas curvas desde o Souto Queimado até ao Cais da Ferradosa, podendo ser gastos mais dez ou vinte mil euros, aguardando-se ainda Orçamentos.

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e, no tocante aos Barcos das Bateiras, referiu também ter preocupação em zelar pelo Espaço, sendo que iria deixar finalizar a Obra e, depois, tentar perceber com a APDL como estava a questão das Licenças, isto é, se existe licenciamento ou não, sendo que reconheceu preocupação em alterar o atual paradigma.

Relativamente à interposição que visava a intervenção do Senhor Carlos Reis, o Senhor Presidente esclareceu que não estavam em causa os Partidos Políticos, mas antes o facto de o Senhor Carlos Reis ter visado e maltratado toda a gente e, como se não bastasse, dizer nas redes sociais que iria à Assembleia porque a oposição do PSD não fazia o seu papel. "Não posso deixar que maltratem os deputados municipais, sejam eles do PNT ou do PSD", disse.

Em jeito de conclusão, o Senhor Presidente disse corroborar integralmente com a matéria apresentada pela Senhora Maria de Lourdes. Depois, referindo-se mais especificamente à matéria explanada pelo Senhor Balça, acerca do Azeite, disse ter consciência de que o Douro não é só vinho, mas também azeite, maçã, amêndoa e, por isso, o Município tem feito esforços (agora e outrora também) para ajudar os agricultores, por exemplo, no que concerne às acessibilidades dos prédios, na

promoção dos produtos em eventos e feiras como a Feira dos Sabores e outras, ou até mesmo no apoio que tem sido dado às Cooperativas. Relativamente ao processo da criação da IGP respondeu que quem ficou como diretor da Associação (criada) havia sido o Presidente da Câmara de Tabuaço. Assumiu que não teria qualquer problema em liderar ele o Processo, mas entende que não o deveria fazer, uma vez que a parceria está feita, há o acordo, a associação foi criada e, portanto, estão a trabalhar nesse assunto, ressalvando que o Eng.º Alberto estava a conduzir os trabalhos e era preciso ter amostras dos últimos três anos para analisar os resultados e definir o perfil, as características e a própria delimitação da região, avançando-se, depois, com a questão da DOP e de uma IGP.

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Este, por seu turno, deu oportunidade de colocarem questões, tendo informado que responderia, depois, às mesmas.

Inscreeveu-se o Senhor Joaquim Carvalho, agradeceu as palavras do encarregado de educação e da Senhora Lourdes Marinho, pois apesar de estar aposentada dirigiu palavras aos professores que estão no ativo. Entende que, efetivamente, a escola pública está em perigo, tendo exemplificado com o caso concreto: idade avançada dos professores do quadro (o mais novo tem 47 anos), pois a escola é uma «escola de passagem», sendo que (em anos como o transato) houve situações de falta de professores a determinadas disciplinas.

Relativamente ao ponto da ordem, e referindo-se à participação do Município na Feira de Madrid, uma das maiores Feiras de Turismo, questionou qual o balanço da participação na mesma, tendo em conta os gastos para marcar presença.

Prosseguiu a sua intervenção aludindo aos apoios dados à educação, sublinhando o investimento que o Município faz nas pessoas, apoiando com cerca de quarenta e três mil euros. A seu ver “os investimentos feitos nas pessoas são os mais válidos e os que trazem benefício a curto, médio e longo prazo. Apoiar os alunos, os nossos jovens, faz sentido pois somos um concelho com problemas de natalidade e nada melhor que investir nos nossos jovens” e apelou a que se pudesse duplicar o valor, considerando esse aumento avolumado de investimento (nos prémios atribuídos aos jovens) importante para obtermos uma sociedade mais justa.

Finalizou a sua intervenção visando o empreendedorismo e fundos comunitários, pedindo mais esclarecimentos sobre a candidatura de implementação em RGPD e Promoção das TIC.

Não havendo mais inscrições, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que há Eventos/Feiras que não geram retornos imediatos, mas depois trazem retornos a nível global, de médio e longo prazo, não apenas para o Município, como também para a Região, para os viticultores e para todos os que lidam com o Turismo. Referindo-se especificamente à feira de Madrid, afirmou que o balanço era muito positivo, dado ser uma feira identificada como a maior feira de Turismo da Europa, tendo o Município da Pesqueira sido o primeiro (do Douro) a marcar presença, promovendo principalmente a Vindouro, com um Stand, numa Feira que conta com dezasseis pavilhões de vários países. Ainda assim, afirmou-se surpreendido por constatar que parava muita gente no Stand do Município para ver os vinhos, levar

flyers, sendo que a participação nessa Feira e outras como BTL ou Feira Nacional de Agricultura era uma aposta para manter no futuro.

No que concerne às bolsas e à aposta na educação, o Senhor Presidente afirmou que nunca se apostou tanto na Educação, lembrando os cerca de cem mil euros apostados nessa matéria. Esclareceu que, relativamente ao RGPD, é obrigatório que os Municípios tenham uma plataforma para combate à corrupção e à proteção de dados, tendo sido delegado na CIMDouro para que essa Entidade contratasse por todos os Municípios.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental de 2022.

O Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Este, por seu turno, referiu que aquando da última Assembleia a dívida era de sete milhões quatrocentos e quarenta e seis euros, sendo que agora era de seis milhões setecentos e sessenta e cinco euros, estando a baixar. Lembrou que o tema da dívida costuma ser ocasião de reparos, sublinhando que está mais baixa, mas a dívida é volátil pois depende, muitas das vezes, do que há para pagar (no momento). Adiantou que a Lei do Orçamento de Estado para 2023 permitia que fosse integrado imediatamente o saldo de gerência no ano de 2022 (e não depois, quando da prestação de contas em Abril) desde que fosse aprovado o mapa da demonstração de desempenho orçamental.

Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a aprovação e o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da Senhora Cláudia Martins.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de 1.ª alteração modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento do exercício de 2023.

O Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Pegando na palavra, o Senhor Presidente da Câmara informou que se devia integrar o saldo de gerência como receita em alguma rubrica, tendo entendido (e daí a proposta apresentada) que deveriam integrá-lo nos encargos com a eletricidade, uma vez que era um valor que havia subido substancialmente, fazendo também por isso mais sentido que fosse integrado nessa rubrica.

Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a aprovação e o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da Senhora Cláudia Martins.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação da desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal;

O Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara explanou que havia queixas de moradores vizinhos relativamente a uma casa degradada sita na Rua dos Gatos e que já haviam diligenciado para tentar identificar o possível proprietário. Mesmo com recurso a advogado as tentativas revelaram-se infrutíferas. Como não havia artigo, nem ninguém reclamou a posse, a solução encontrada foi a Câmara proceder à limpeza do espaço e considerá-lo como público e trazer o assunto à Assembleia para que passe a domínio privado. Explicou que o edifício tem cerca de trinta metros,

encontra-se demolido e limpo, sendo agora necessário que alguém construa de acordo com as regras, de modo a não ficar naquele espaço uma espécie de «buraco». Assim, importaria, agora, votar o Espaço a domínio privado para, depois, a Câmara fazer uma hasta pública e tentar vender a alguém que queira construir uma casa, respeitando o traçado arquitetónico da Rua dos Gatos.

A Senhora Maria de Lourdes interveio, alegando que a Rua de Gatos é o ex-libris da terra e era da opinião que deveriam preservar o espaço, ao invés de ser alienado. Tanto mais que havia um Projeto, da época em que tinham sido criadas as Judiarias na Pesqueira, que regulava a intervenção arquitetónica naquela Rua, sendo que, segundo a mesma, ao abrigo do projeto, a Câmara subsidiava o exterior para que a construção e a raiz da casa permanecessem intactas. A Senhora Maria de Lourdes prosseguiu o seu discurso dizendo que deveriam preservar o espaço para os turistas e tinha, inclusive, ouvido rumores que aquele espaço tinha sido, em tempos idos, uma Sinagoga. Portanto, em suma, na sua opinião, deveriam reabilitar e preservar, ao invés de alienar.

Não havendo mais intervenções, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara e começou por distinguir as construções e aquele espaço, assinalando que o edifício da Sinagoga alegadamente existente outrora e a que se referia a Senhora Maria de Lourdes era outro prédio. Aproveitou para realçar que optam por alienar - caso apareça algum interessado em comprar e construir respeitando as Regras de Construção para aquela zona - pois é seu entendimento que a Câmara deve dar prioridade aos privados de fazerem investimentos seja na habitação, seja no turismo, criando oportunidade de ali fazerem uma casa ou um negócio que não desvirtue o traço arquitetónico daquela Rua.

Pedi, novamente, a palavra a Senhora Lourdes Marinho, dizendo "aqui no ponto 3 diz existe pretensão para aquisição desta parcela. Eu não sei quem é, nem quero saber. Simplesmente fiz a minha intervenção no sentido de valorizar aquele sítio (...) eu continuo na minha opinião, acho que era melhor a Câmara puxar isso a si do que alienar".

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o potencial comprador não poderá fazer o que lhe apetecer no local, até porque é a Câmara que licencia as construções e será sempre salvaguardada a questão da Requalificação do Espaço, condicionando a forma de construção de quem o venha a adquirir. Mas, na sua opinião, se for investimento privado tanto melhor, pois cria habitação, cria alojamento local ou potencia o espaço sem que seja a Câmara a investir dinheiro. Ou seja, na sua opinião, havendo investidor privado seria preferível; não havendo, claro que irá ser a Câmara a assumir a responsabilidade de investir e requalificar o local, deixando o critério da decisão à responsabilidade da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a aprovação e o mesmo foi aprovado por maioria, com o voto contra da Senhora Lourdes Marinho.

Ponto 5 - Eleição de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ao abrigo da alínea l) do artigo 17.º da Lei de Promoção e Proteção;

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, referindo que importava proceder à substituição da Comissária Maria Leonor Rodrigues Calçarão Lemos Salta, que

terminava o seu terceiro mandato no dia 06 de Março de 2023, tendo-lhe agradecido, em nome da Assembleia, pelo trabalho desenvolvido.

O Senhor Presidente da Assembleia informou terem chegado à Mesa duas propostas para eleição de representante da Assembleia: uma da bancada do PNT, com a designação do Sr. Joaquim Carvalho, que constituiu a Lista A; outra da bancada da coligação PSD/CDS, com a designação da Sra. Helena Margarida Garrido Lopes, que constituiu a Lista B.

Procedeu-se, de seguida, à referida eleição, com votação por escrutínio secreto, tendo o Senhor Presidente da Assembleia chamado um membro de cada bancada para se proceder à contagem dos votos.

Concluída a contagem dos votos obteve-se o seguinte resultado: Lista A - 16 votos, Lista B - 4 votos. Foi assim eleito o Senhor Joaquim Carvalho como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Ponto 6 - Eleição de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ao abrigo da alínea I) do artigo 17.º da Lei de Promoção e Proteção.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, referindo que importava proceder à substituição da Comissária Maria de Lourdes Lopes Marinho Costa, a qual estando a terminar o seu segundo mandato no próximo dia 09 de Maio de 2023, pretendia abdicar da sua renovação. Aproveitou, ainda, para agradecer, em nome da Assembleia, à Comissária Maria de Lourdes Lopes Marinho Costa, pelo trabalho desenvolvido.

O Sr. Presidente da Assembleia informou terem chegado à Mesa duas propostas para eleição de representante da Assembleia: uma, da bancada do PNT, com a designação da Senhora Lúcia Brites Aguiar, que constituiu a Lista A; outra, da bancada da coligação PSD/CDS, com a designação do Sr. Liliana Patrícia Azevedo Pêgo, que constituiu a Lista B.

Procedeu-se, de seguida, à referida eleição com votação por escrutínio secreto, tendo o Senhor Presidente da Assembleia chamado um membro de cada bancada, para se proceder à contagem dos votos.

Concluída a contagem dos votos obteve-se o seguinte resultado: Lista A - 16 votos, Lista B - 4 votos. Foi assim eleita a Senhora Lúcia Brites Aguiar como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5 e 6 a fim de terem eficácia externa, tendo sido aprovados por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 16 horas e 02 minutos, agradecendo a presença de todos e fazendo votos para que regressem a casa em paz. Relembrou que quem necessitasse de justificação de falta se deveria dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata que, depois de lida, foi posta a votação e aprovada por maioria e irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal

Eduardo Paulo de Almeida

1.º Secretário

O 2.º Secretário
